



268r

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. Fernando Martins**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0289514-3**  
**APELANTE: BANCO BRADESCO S/A**  
**APELADO: GILVAN QUIRINO DA COSTA E OUTRO**  
**RELATOR : DES. FERNANDO MARTINS**  
**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL – EXTINÇÃO DO FEITO (ART. 267, III CPC) – REQUERIMENTO DO RÉU - DECISÃO HÁ DE SER MANTIDA – NÃO HOUE AFRONTA A SÚMULA 240 DO STJ – NEGADO PROVIMENTO AO APELO – DECISÃO UNÂNIME. Os argumentos do apelante se resumiram a atacar o *decisum* tão somente no que diz respeito ao que dispõe a súmula 240 do STJ. *In casu* houve pedido expresso do réu para que o feito fosse extinto por abandono de causa por parte do autor. Sentença que extinguiu o feito com fulcro no art. 267 III se mostra correta e não merece reparo.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 288863-7, da Comarca da Capital, em que são partes as acima indicadas; Acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos **em NEGAR PROVIMENTO** ao presente Recurso de Apelação, nos termos do voto do relator, em anexo, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 1<sup>a</sup> de maio de 2012.

**Des. Fernando Martins**  
**RELATOR**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Fernando Martins*

---

263

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0289514-3

APELANTE: BANCO BRADESCO S/A

APELADO: GILVAN QUIRINO DA COSTA E OUTRO

RELATOR: Des. ANTÔNIO FERNANDO DE ARAÚJO MARTINS

**RELATÓRIO**

Trata-se de apelação contra sentença de fls. 222, proferida pelo juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Olinda, que nos autos da Ação de Execução Extrajudicial, extinguiu o feito ante a inércia do exequente, ora apelante, com fulcro no art. 267, III do Código de Processo Civil.

Inconformado a instituição financeira exequente interpôs o presente recurso de apelação e em suas razões de fls. 225/232 aduz em síntese que o magistrado não poderia ter extinguido o feito sem antes intimar a parte executada, conforme preceitua a súmula 240 do STJ.

Por fim pugna que seja provido o apelo para anular a sentença e que a execução siga o seu regular prosseguimento.

Contrarrazões apresentadas às fls. 249/253, pugnando preliminarmente que seja negado seguimento ao recurso, tendo em vista que há comprovação nos autos de que a parte apelada requereu a extinção do feito conforme docs. de fls. 184/185.

Finalmente requer que seja negado provimento ao apelo.

É o breve relatório.

Recife, 19 de novembro de 2012.

A Douta Revisão.

  
**Des. Fernando Martins**

**Relator**

MRM



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Fernando Martins.

269r

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0289514-3  
APELANTE: BANCO BRADESCO S/A  
APELADO: GILVAN QUIRINO DA COSTA E OUTRO  
RELATOR: DES FERNANDO MARTINS

**VOTO**

A questão aqui tratada é de simples deslinde. Trata-se de extinção do feito com fulcro no art. 267, III<sup>1</sup> do Código de Processo Civil.

Compulsando os autos, vejo que razão não assiste ao banco apelante quando se socorre ao teor da súmula 240 do STJ<sup>2</sup> para anular o *decisum* ora desafiado, senão vejamos:

A parte apelante foi intimada pessoalmente, conforme se vê às fls. 217, entretanto se manteve inerte.

A parte ré, ora apelada, requereu a extinção do feito por abandono de causa pelo autor, através do petitório de fls.184/185, o que demonstra que não houve afronta a súmula 240 do STJ.

Sendo assim, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao apelo, para manter a sentença na sua íntegra.

É como voto.

Recife, 19 de 03 de 2013.

Des. Fernando Martins

**Relator**

<sup>1</sup> Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito: (Redação dada pela Lei nº 11.232, de 2005) I - quando o juiz indeferir a petição inicial; II - quando ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;

<sup>2</sup> STJ Súmula nº 240 - 02/08/2000 - DJ 06.09.2000 **Extinção do Processo - Abandono da Causa pelo Autor** A extinção do processo, por abandono da causa pelo autor, depende de requerimento do réu.

*[Assinaturas manuscritas]*



270.

**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª Câmara Cível**  
*Gabinete do Des. Patriota Malta*

**Apelação Cível nº 0289514-3**  
**Relator Des. Fernando Martins**

**VOTO DE REVISÃO**

Cuida-se de apelação interposta contra sentença que extinguiu a Ação de Execução, sem resolução do mérito, por abandono do autor Banco Bradesco S/A.

Correta a sentença recorrida. A inércia, frente à intimação pessoal do autor, configura abandono de causa, cabendo ao juiz determinar a extinção do processo, sem resolução do mérito. Inaplicável ao presente caso a Súmula 240 do STJ.

Sem necessidade de maiores desdobramentos, voto no sentido de negar provimento ao recurso.

**É COMO VOTO.**

— Recorre, 19/03/2013.  
*[Assinatura]*